



(c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2010, a Empresa possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R\$ 23.238 posição vendida (R\$ 6.737.306 posição comprada em 2009) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOVESPA para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, bem como na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do *Value at Risk* (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se a depósitos judiciais e fiscais de impostos de renda e contribuição social, no valor de R\$ 1.619.222 (R\$ 1.308.915 em 2009), cobertos por provisões (Nota 9).

6. Transações com partes relacionadas

(a) Transações com controladores e controladas

	Ativo (Passivo)	Despesa
Disponibilidades		
Banco Bradesco S.A.	13.966	-
Obrigações a pagar	(i)	
Bradesco Seguros S.A.	(5.163)	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	(115)	-
Dividendos a pagar		
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	(174.364)	-
Bradesco Capitalização S.A.	(744.702)	-
Outras despesas	(ii)	
Banco Bradesco S.A.	-	(6.738)
Total em 2010	(910.378)	(6.738)
Total em 2009	6.797	(6.738)

(i) O rateio das despesas administrativas compartilhadas efetuado através de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

(ii) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

7. Provisões técnicas

(a) Composição

	2010	2009
Provisão para resgates	32.189	32.071
Provisão para resgates de títulos vencidos	32.189	32.071
Saldos em 30 de junho	32.189	32.071

(b) Movimentação

	2010	2009
No início do semestre	32.128	39.125
(+/-) Constituições (Resgates/Sorteios)	-	(7.419)
(+/-) Atualização monetária e juros	61	365
No final do semestre	32.189	32.071

8. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas correspondem a R\$ 47.606 (R\$ 64.142 em 2009), em quotas de fundos de investimento.

9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 1.619.222 (R\$ 1.308.915 em 2009) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade de parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

(ii) Movimentação das provisões fiscais constituídas

	2010	2009
No início do semestre	1.337.787	1.233.471
Constituições	247.386	38.763
Atualização monetária	34.049	36.681
No final do semestre	1.619.222	1.308.915

10. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 54.409.942 (54.409.942 em 2009) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

(b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2009, os acionistas da Atlântica Capitalização S.A. deliberaram sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 50.000.000, realizado pela Bradesco Capitalização S.A., mediante a emissão de 44.087.378 novas ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 3.251, de 27 de maio de 2009;

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2009, os acionistas da Empresa deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 500.000, mediante a capitalização do saldo das contas Reservas de capital – reserva de doações e subvenções para investimentos - R\$ 473.391; e parte do saldo da conta Reservas de lucros – reserva legal - R\$ 26.609, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 991, de 1º de julho de 2009.

DIRETORIA

Norton Glabes Labes	-	Diretor-Presidente	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Samuel Monteiro dos Santos Junior	-	Diretor Vice-Presidente Executivo	Atuário - MIBA nº 809
Ivan Luiz Gontijo Júnior	-	Diretor Gerente	
Marcos Suryan Neto	-	Diretor Gerente	
Ricardo Alahmar	-	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	-	Diretor	Contador
			CRC-RS 1RS034447/O-7S-SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Atlântica Capitalização S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Atlântica Capitalização S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Capitalização S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e o resultado das

(c) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada no final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

11. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com serviços de terceiros	(36.917)	(28.868)
Despesas com localização e funcionamento	(357)	(7.810)
Despesas com publicações	(102.231)	(166.726)
Despesas com donativos e contribuições	(13.373)	(14.738)
Despesas administrativas diversas	(115)	(422)
	(152.993)	(218.564)

(b) Despesas com tributos

	2010	2009
Despesas com PIS	(24.430)	(20.951)
Despesas com COFINS	(150.342)	(128.931)
Despesas com taxa de fiscalização	(50.700)	(26.684)
Outras despesas com tributos	(896)	(600)
	(226.368)	(177.166)

(c) Resultado financeiro

	2010	2009
(i) Receitas financeiras		
Receitas com fundos de investimentos	314.244	2.425.457
Receitas com títulos de renda fixa	-	1.128
Receitas com títulos de renda variável	4.005.886	794.676
Atualização monetária de depósitos judiciais fiscais	34.049	36.681
Outras receitas financeiras	6.323	-
	4.360.502	3.257.942

(ii) Despesas financeiras

Atualização monetária de contingências passivas	(34.049)	(36.681)
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(61)	(365)
Despesas com agentes de custódia e câmara de liquidação de ativos	(10.840)	(9.818)
Tributação sobre operações financeiras	(67.420)	(4.281)
Despesas com títulos de renda variável	(225.000)	-
Outras despesas	(18.040)	(4.847)
	(355.410)	(55.992)
	4.005.092	3.201.950

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes de impostos e participações	3.624.443	2.806.239
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(1.449.777)	(1.122.496)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	(386)	(2.294)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	221.826	(3.603)
Outros valores	8.513	11.302
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(1.219.824)	(1.117.091)

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas; e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no semestre sobre adições temporárias	2.570	14.603
Subtotal	2.570	14.603
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.222.394)	(1.131.694)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.219.824)	(1.117.091)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010			2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Diferenças temporárias	64.288	5.156.006	5.220.294	97.341	1.106.162	1.203.503
Impostos a compensar	59.504	-	59.504	-	-	-
Total	123.792	5.156.006	5.279.798	97.341	1.106.162	1.203.503

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Saldo em 30/06/2010
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	280.271	-	280.271
Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda	189.534	4.420.955	4.610.489
Outros	313.344	16.190	329.534
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	783.149	4.437.145	5.220.294

	Saldo em 31/12/2008	Constituição	Saldo em 30/06/2009
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	309.504	-	309.504
Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda	-	608.224	608.224
Outros	255.802	29.973	285.775
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	565.306	638.197	1.203.503

(e) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, que pode ser assim demonstrada:

	2010	2011	2012	2013	2014
Previsão de realização - %	10,54	10,81	10,81	10,81	57,03

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 529.917 (R\$ 558.121 em 2009).

13. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado em 30 de junho:

	2010	2009
Patrimônio líquido contábil	60.067.514	62.404.751
Despesas antecipadas	(5.273)	(5.022)
Patrimônio líquido ajustado	60.062.241	62.399.729

14. Outras informações

(a) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2010 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, foram publicadas nesta mesma data no Jornal do Commercio, Diário do Comércio, Valor Econômico, Brasil Econômico, Folha de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 28 de julho de 2010.

operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3(i), a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular nº 408, de 23 de agosto de 2010, determinou que as demonstrações contábeis referente à data-base de 30 de junho de 2010 das sociedades e entidades por ela supervisionadas sejam elaboradas de acordo com as mesmas práticas contábeis vigentes para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, a administração da Empresa está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009. A referida Circular estabelece, ainda, a prorrogação para 2011 da adoção do Pronunciamento Contábil CPC 11 - Contratos de Seguros nas demonstrações contábeis individuais.

São Paulo, 26 de agosto de 2010.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Audidores Independentes

CRC2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira

Contador

CRC 1SP127241/O-0